

# FÉ, RAZÃO E SALTO NO ESCURO – UMA COMPARAÇÃO ENTRE PLANTINGA E SWINBURNE

## FAITH, REASON AND LEAP IN THE DARK – A COMPARISON BETWEEN PLANTINGA AND SWINBURNE

Agnaldo Cuoco Portugal\*

---

RESUMO – O artigo pretende avaliar criticamente o conceito de fé e o modo como a fé cristã é racionalmente justificada por Alvin Plantinga em sua principal obra *Warranted Christian Belief* (2000). Para tanto, o texto parte de uma comparação com a proposta de Richard Swinburne. Após discutir brevemente a epistemologia geral de Plantinga, o texto expõe a sua aplicação à crença em Deus e à fé cristã. A tese de Plantinga de que a fé não constitui um “salto no escuro” e que o seu componente não-teórico é semelhante ao amor erótico é comparada com a visão de Swinburne, segundo a qual a fé firme pode comportar elementos de incerteza na crença e supõe uma decisão voluntária, sendo, por isso mesmo, meritória. A comparação sugerirá que as diferenças indicam uma possibilidade de complementaridade entre as duas concepções.

PALAVRAS-CHAVE – Plantinga. Swinburne. Fé. Racionalidade. Crença. Teísmo.

ABSTRACT – The article aims to evaluate critically the concept of faith and the way Christian faith is rationally justified in Alvin Plantinga's main work – *Warranted Christian Belief* (2000). In order to do so, it starts from a comparison with the proposal by Richard Swinburne. After briefly discussing Plantinga's general epistemology, the text expounds its application to belief in God and Christian faith. Plantinga's thesis that faith is not a 'leap in the dark' and that its non-theoretical component is similar to erotic love is compared with Swinburne's vision, according to which a firm faith may include elements of uncertain belief, and that faith presupposes a voluntary decision, being for such meritorious as a result. The comparison will suggest that the differences between their approaches indicate a possibility of complementarity between them.

KEYWORDS – Plantinga. Swinburne. Faith. Rationality. Belief. Theism.

---

\* Doutor em Filosofia da Religião pelo King's College da Universidade de Londres. Professor do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília, Endereço: UnB Colina, Bloco E, Ap. 201, Asa Norte, CEP 70904-105, Brasília-DF. <agnaldocp@unb.br>.

|         |              |       |      |                |          |
|---------|--------------|-------|------|----------------|----------|
| Veritas | Porto Alegre | v. 56 | n. 2 | maio/ago. 2011 | p. 18-31 |
|---------|--------------|-------|------|----------------|----------|

*“A fé é um modo de já possuir aquilo que se espera, é um meio de conhecer realidades que não se veem. Foi por causa da fé que os antigos foram aprovados por Deus.”*

(Hb 11, 1-2)

## Introdução

As ligações entre o pensamento de Alvin Plantinga e Richard Swinburne, dois dos principais filósofos da religião atuais, são muitas e interessantes. No presente texto, pretendo me concentrar na diferença de abordagem entre esses dois autores quanto aos problemas da aceitabilidade racional tanto da crença em Deus quanto da fé cristã, dois assuntos estreitamente relacionados, mas que podem ser tratados de forma diferente.

*Warranted Christian Belief*<sup>1</sup> de Alvin Plantinga não visa apenas mostrar que a crença em Deus é racional, o seu objetivo principal é mais restrito, em certo sentido, e ao mesmo tempo mais ambicioso. É mais restrito, porque a sua proposta se dirige especialmente à crença religiosa cristã e não à tese metafísica monoteísta geral, uma espécie de mínimo denominador comum entre judaísmo, cristianismo e islamismo. Por outro lado, o projeto é mais ambicioso, pois se trata de um campo ainda pouco explorado pela filosofia analítica da religião, que se ocupou principalmente da questão metafísica mais geral.

A crença cristã envolve a aceitação de doutrinas como trindade, encarnação, ressurreição de Cristo, expiação, perdão dos pecados, salvação, regeneração e vida eterna. Seria racional aceitar essas teses? Em que sentido? Plantinga estende a sua abordagem epistemológica da crença em Deus para responder a essas questões. A fim de apresentar criticamente essa resposta, cabe antes uma breve exposição da proposta epistemológica de Plantinga.

## 1 Aval epistêmico e crença em Deus

Nos trabalhos que ele publicou a partir do início dos anos 1990, Plantinga passou a adotar uma epistemologia que partia da constatação de que deve haver algo que se junte à verdade e à justificação de uma crença para que essa seja considerada conhecimento. Essa constatação de que conhecimento não é só crença verdadeira e justificada havia sido

---

<sup>1</sup> Cf. Alvin Plantinga, *Warranted Christian Belief*, Oxford – Nova York: OUP, 2000.

feita por Edmund Gettier, em um pequeno artigo publicado em 1963 na *Analysis*, por meio de exemplos nos quais alguém pode chegar a formar uma crença verdadeira, apresentar razões para ter chegado a essa crença (estando, assim, justificado em assumi-la), mas não se poder dizer que a sua crença era mesmo um conhecimento. O motivo para essa crença não ser conhecimento era o fato de que as circunstâncias pelas quais o sujeito chegou à crença eram meramente casuais, acidentais, e não se diz que alguém sabe uma coisa da qual veio a formar a crença apenas por acaso.

Plantinga propõe que aquilo que se acrescenta à verdade e à justificação de uma crença, de modo que essa possa ser tida como conhecimento, é o que ele chama de *warrant*, que se pode traduzir em português por “aval epistêmico”. Uma crença seria conhecimento apenas se, além de verdadeira e fundada em razões, tivesse também aval, que pode ser traduzido em cinco condições relativas ao modo de formação da crença, de forma que seja eliminado o caráter acidental das credenciais epistêmicas da crença. Em primeiro lugar, uma crença verdadeira e justificada de um sujeito S poderá ser considerada conhecida por S se tiver sido gerada por um aparato cognitivo relevante para a crença formada e que esteja em bom funcionamento. Assim, uma crença de tipo visual formada por S não terá esse aval se S sofrer de alguma deficiência em sua capacidade de visão, por exemplo. Por outro lado, o ambiente no qual a crença foi gerada também tem de ser apropriado, mesmo que o aparato que a gerou funcione bem, de acordo com padrões normais. Desse modo, se a crença visual de S foi gerada em um ambiente escuro ou com alguma particularidade ambiental que diminuísse a sua visibilidade, não se poderá dizer que a crença de S era mesmo conhecimento. Um ambiente escuro é uma situação que dificulta o funcionamento do aparato visual humano normal. “Normal” aqui é entendido por Plantinga com a ideia de plano de design, ou seja, normalidade não é uma média estatística, mas um funcionamento ótimo desejável para aquele aparato, análogo ao funcionamento de um motor, segundo o projeto de quem o fabricou. Plantinga não vê aqui necessidade de se falar de um projetista inteligente para o aparato cognitivo humano como Deus, pois a funcionalidade desse aparato ou processo cognitivo pode ser resultado da evolução biológica adaptativa apenas. Em todo caso, a noção de plano de design (*design plan*) é fundamental para a sua proposta.

Uma terceira condição para que uma crença verdadeira e justificada seja considerada conhecimento é que o aparato ou processo cognitivo a partir do qual ela foi formada esteja voltado para a obtenção de verdade segundo o seu plano de design. Essa condição é importante porque podemos chegar a crenças verdadeiras por processos que estão voltados

para outros objetivos, como o conforto psicológico e desejo de que algo aconteça, por exemplo. Assim, S pode crer que sua esposa é fiel a ele, mas não se possa dizer que ele realmente sabe disso, mesmo que isso seja de fato verdade, uma vez que ele baseia a sua crença não em uma avaliação positiva dos indícios acerca do comportamento dela, mas de seu desejo de que ela assim o seja.

A quarta condição diz respeito à probabilidade de que o aparato ou processo cognitivo que levou à crença tenha êxito em chegar à crença verdadeira. Em outras palavras, no entender de Plantinga, o que está em questão é a existência de uma razão objetiva para pensar que o aparato realmente funciona, como, por exemplo, a frequência com que, no passado, esse aparato ou processo foi capaz de gerar uma crença verdadeira e o quanto, com base nisso, ele se tornou confiável.

Por fim, uma crença é tida como conhecimento quando o sujeito que a detém se sente persuadido dela, além de cumprir as condições anteriores. Embora se tenha aqui um elemento psicológico em um conceito epistemológico, Plantinga entende que esse elemento faz parte relevante do conceito comum de conhecimento.

Com base nessa teoria, Plantinga entende ser possível mostrar que não só a crença em Deus, mas também a fé cristã tem aval epistêmico. Em outras palavras, as questões são: uma pessoa que tem grande convicção de que Deus existe e de que as doutrinas cristãs são verdadeiras teria razão em acreditar nessas coisas? Em que termos? Plantinga responde a essas questões de maneiras diferentes, embora usando a mesma estrutura epistemológica básica.

Quanto à crença em Deus, ele rejeita dois obstáculos relativamente simples. Em primeiro lugar, a crença em Deus não pode ser tida como irracional sob a acusação de que é contraditória nos seus próprios termos. Embora haja problemas dignos de tratamento filosófico na relação entre os conceitos pelos quais Deus foi tradicionalmente entendido no monoteísmo, não se afirma que haja aqui um impedimento para a crença racional, pois existem boas sugestões de resolver essas dificuldades lógicas e semânticas.

Por outro lado, os que dizem acreditar em Deus também apresentam razões para a sua crença. Tem-se, aqui, desde um sentimento interno, que é confirmado por experiências relativas à natureza ou às ações humanas, até concepções de tendência mais intelectual, que veem no teísmo uma tese metafísica bem fundada e ainda longe de ter sido derrubada pelas críticas modernas. Se chamarmos “estar justificado” à posse desse tipo de razão, então, para Plantinga, não há grande dificuldade em considerar que o crente em Deus possa estar justificado, mesmo que isso não signifique que todos estejam convencidos de que a sua

justificação seja apropriada. Quanto a isso, por um lado, é muito raro, se é que é possível, que se consiga determinar uma ideia que não seja objeto de dúvida e crítica em filosofia; exigir que a crença em Deus seja uma exceção nesse contexto não parece muito justo. Por outro lado, a teoria do conhecimento que Plantinga apresenta visa exatamente responder a esse tipo de problema, ou seja, propõe-se avaliar em que medida uma crença logicamente consistente e baseada em razões tem também aval epistêmico, de modo que o fato de ser verdadeira (supondo que o seja) e justificada não é mero acidente casual.

Submetendo a crença cristã às condições de sua teoria, Plantinga propõe um modelo pelo qual a crença cristã, se verdadeira, possa ser considerada avalizada, além de justificada. O modelo é inspirado em uma interpretação do pensamento de Tomás de Aquino e João Calvino, segundo a qual a crença em Deus seria o resultado do funcionamento de uma faculdade cognitiva especial, voltada para o conhecimento de Deus mesmo, que Calvino teria chamado *sensus divinitatis*. Pela existência de uma faculdade assim, o modelo cumpriria a primeira condição de aval epistêmico. O segundo requisito tem a ver com o ambiente apropriado para o funcionamento do aparato cognitivo. Conforme a leitura de Calvino feita por Plantinga, o *sensus divinitatis* pode funcionar mal se o ambiente em que o crente se encontra não for adequado; em termos teológicos, segundo Calvino e Plantinga, é essa a situação em que nos encontramos por causa da “queda”, da perda de contato direto com Deus, devido a um mau uso da liberdade. Em outras palavras, a descrença em Deus, segundo esse modelo, se dá devido a um impedimento no funcionamento normal do aparato cognitivo direcionado para isso, impedimento decorrente de uma situação, um ambiente que desfavorece esse funcionamento. A terceira condição se cumpre no modelo com a ideia de que o *sensus divinitatis* se destina a dar aos homens crenças verdadeiras sobre Deus e não a um propósito não cognitivo qualquer, como conforto ou tranquilidade. A quarta condição, relativa à confiabilidade do aparato cognitivo, é cumprida com a ideia de que, se for verdadeira a concepção teísta, esta inclui a atribuição a Deus de qualidades que permitiriam a criação, por ele, de um aparato cognitivo maximamente confiável. Por fim, caso o crente tenha uma forte convicção da crença em Deus, e caso ela seja verdadeira, tem-se a conclusão de que, não apenas se pode dizer que ele crê em Deus, mas que a sua crença tem aval a ponto de poder ser considerada conhecimento.

Antes de passarmos para a extensão que Plantinga faz do modelo proposto para o caso da fé cristã, cabem aqui algumas observações, levando em conta a filosofia da religião de Swinburne. O mérito da abordagem de Plantinga é mostrar que aqueles que têm uma forte

convicção da existência de Deus e não se recusam ao debate intelectual podem estar avalizados em sua crença, desde que o modelo esteja correto. Em outras palavras, a questão *de jure* para a crença em Deus – colocada como um problema ético inclusive – estaria suficientemente respondida com a apresentação de um modelo pelo qual ela tem aval epistêmico. Além disso, uma das principais conclusões de *Warranted Christian Belief* é que a questão *de jure* sobre a crença em Deus não se distingue da questão *de facto*, ou seja, se de fato for verdadeira a crença de que Deus existe, então ela provavelmente terá aval epistêmico, se ela for falsa, então provavelmente não terá.

A resposta de Swinburne<sup>2</sup> é que, então, o problema realmente é se a crença em Deus é verdadeira ou não. Uma resposta a essa questão só pode se dar levando-se em conta argumentos, indícios e dados relevantes sobre o assunto, com os quais as partes em discussão concordem, e que possam permitir uma conclusão racional sobre o tema. Em outras palavras, apesar de ser importante mostrar que as críticas modernas à racionalidade da crença em Deus não são assim tão conclusivas, que a questão da crença em Deus não é uma questão *de jure* apenas e que há um modelo plausível de conceber que essa crença se dá em condições que a avalizam (resultados significativos do trabalho de Plantinga), o problema continua sendo saber se há bons argumentos, aceitáveis em geral, em favor da crença em Deus. Isso quer dizer que a boa e velha teologia natural ainda parece ter papel imprescindível.

Como sabem aqueles que estão familiarizados com a filosofia da religião contemporânea, Richard Swinburne tem se dedicado exatamente ao trabalho de colocar a teologia natural em uma forma mais próxima do raciocínio científico moderno, que ele entende ser bem captada pela teoria da inferência indutiva bayesiana. Não digo que se trata de uma abordagem mais adequada, mas que parece ser um complemento importantíssimo para a epistemologia de Plantinga, pois, se é importante mostrar que a crença em Deus não é verdadeira e justificada por acaso, é também fundamental o esforço para avaliar por que razões ela pode ser tida como verdadeira.

Apesar do papel da teologia natural na epistemologia religiosa ser um tópico interessante de comparação entre os pensamentos de Plantinga e Swinburne, quero desenvolver aqui outro tema, que parece ter sido pouco objeto de análise comparativa entre os dois autores. Proponho aprofundar aqui o conceito de fé cristã e o modo como Plantinga e Swinburne entendem ser possível defender a racionalidade desta.

<sup>2</sup> Cf. Richard Swinburne, Plantinga on Warrant, in: *Religious Studies*, 37 (2001), p. 203-214.

## 2 O conceito de fé e o salto no escuro

Como foi dito acima, Plantinga estende o seu modelo tomista/calvinista, de modo que ele sirva não apenas para avaliar a crença em Deus, mas também a aceitação da doutrina cristã. Esta se refere basicamente ao que é chamado teologicamente de “plano de salvação”. Trata-se de um conjunto de teses e ações que dizem respeito a uma proposta de relação com Deus, com outros seres humanos e com o mundo, a partir da mensagem, prática e eventos ocorridos na vida de Jesus Cristo, o centro do plano de salvação cristão.

Na concepção cristã, o modo pelo qual Deus escolheu informar os homens de seu plano de salvação foi a revelação pelas Escrituras, a presença e ação do Espírito Santo e o dom da fé. Segundo Plantinga, a fé envolve um elemento cognitivo, um tipo de conhecimento (acerca do plano divino de salvação), e um elemento volitivo, uma vontade que se expressa em amor e gratidão a Deus.

O termo “fé” tem vários usos em vários contextos análogos. Um deles é o de acreditar em algo contra todos os indícios disponíveis, que seria o sentido de “salto da fé” ou salto no escuro, uma crença que não tem aval epistêmico. Plantinga propõe outro sentido para “fé”. Para o cristão, a fé é uma atividade cognitiva (embora seja também uma questão de afeto, de enraizamento no coração), é uma questão de acreditar, de tomar os seus conteúdos como verdade autêntica. O conteúdo da fé se dá em proposições, ou seja, ter fé é, em parte, acreditar em algumas proposições que dizem respeito ao plano de Deus e ao modo como isso se apresenta para cada pessoa individualmente. Para Plantinga, a fé é inicialmente e fundamentalmente prática; é o conhecimento da proposta de salvação e a sua aplicação a cada indivíduo, e é o conhecimento do que esse deve fazer para receber os benefícios que ela proclama. No entanto, em si mesma, ela é uma questão de crença em vez de ação; ela é acreditar em algo em vez de fazer algo<sup>3</sup>.

A fé, segundo o ensinamento cristão tradicional, é resultado da ação de Deus mesmo, de forma direta ou por meio das Escrituras. No modelo de Plantinga, as crenças cristãs que constituem a fé são aceitas de forma básica, ou seja, não por meio de inferências a partir de outras proposições, embora isso possa ser o caso para alguns crentes. Na abordagem adotada, trata-se de crenças que simplesmente parecem certas e forçosas para o cristão, que subitamente parecem corretas para quem as ouve ou lê (embora possam ser resultado de um longo processo de estudo, oração e raciocínio, ou mesmo algum outro processo). No caso das Escrituras,

---

<sup>3</sup> Cf. Alvin Plantinga, *Warranted Christian Belief*, p. 249.

a fé se dá por meio do testemunho, tal como as crenças que formamos a partir daquilo que lemos.

Podemos dizer que a fé é justificada à medida que alguém que a tenha não esteja descumprindo qualquer obrigação intelectual. Para Plantinga, em vista da discordância de outros e das críticas modernas à crença cristã, é obrigação do cristão a avaliação dessas críticas e a ponderação em relação ao seu alcance. No entanto, o cristão que, mesmo após ler os críticos modernos e pós-modernos do cristianismo, continuar convencido da verdade do Evangelho, não estará cometendo qualquer delito intelectual.

Segundo o modelo calvinista, a fé é uma atividade de produção de crença, tal como a memória ou a percepção, com a importante diferença de que a fé envolve também a ação direta de Deus. Como vimos acima, para ser conhecimento, uma crença (verdadeira e justificada) tem de cumprir os requisitos do aval epistêmico. Para Plantinga, as crenças que constituem a fé cristã cumprem essas condições. Em primeiro lugar, as crenças cristãs, quando aceitas com base na fé, são produzidas por um processo cognitivo que funciona propriamente, pois a fé foi pensada por Deus para produzir exatamente esse efeito. Ao cumprir o primeiro requisito do aval epistêmico, as crenças cristãs produzidas pela fé cumprem também o requisito necessário para serem consideradas externamente racionais. Em segundo lugar, o meio no qual o processo se dá, incluindo a contaminação pelo pecado, é exatamente o meio para o qual ele foi pensado para funcionar. Em terceiro lugar, o processo é pensado para produzir crenças verdadeiras, embora não seja esse, obviamente, o único propósito da fé. Em quarto lugar, as crenças que ela produz são resultado de um processo confiável, de modo que pode ser tido como bem sucedido em produzir crenças verdadeiras, embora o dom da fé precise que o sujeito que o receba esteja disposto a aceitá-lo.

Dizer que a fé cumpre os requisitos de justificação, racionalidade e aval epistêmico não significa dizer que o cristão tenha direito de pensar que não pode estar errado. Certamente ele pode estar errado, pois isso é parte da condição humana. Para estar de fato errado, porém, é preciso que seja apresentado um argumento ou demonstração contra a fé cristã que a comunidade cristã não possa responder. Isso, porém, que seria um caso genuíno de conflito entre fé e razão, não aconteceu até agora. Por outro lado, é só nos exemplos paradigmáticos de fé que esta consiste em certeza absoluta, pois a fé, segundo a interpretação que Plantinga faz das ideias de Calvino, comumente contém uma porção de descrença<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Id. *ibid.*, p. 260 n.

Assim, embora o conteúdo proposicional da fé possa ser objeto de dúvida, Plantinga entende que ela justifica a si própria, seguindo o entendimento de Calvino. Quando Calvino diz que a fé se autojustifica, ele não quer dizer que ela seja auto-evidente, pois o seu conteúdo não é necessariamente verdadeiro e é inteiramente possível entendê-lo e não aceitá-lo. Tampouco significa que ela apresenta prova por si mesma de sua acuidade e confiabilidade. Para Plantinga, a fé se autojustifica no sentido de que ela é propriamente básica.

Nesse sentido,

A fé, segundo o modelo, está longe de ser um salto cego; ela não é nem remotamente como um salto no escuro, [pois] o que faz algo um salto no escuro é que o saltador não sabe e não tem crenças firmes acerca do que há lá fora no escuro... Você não acredita realmente que você pode saltar a fenda da geleira (embora você não descreia nisso tampouco); você espera poder e você age com base nisso em que você acredita – ou seja, que se você não saltá-la, você não terá uma chance<sup>5</sup>.

Assim, nos casos paradigmáticos de fé, temos algo bem diferente de um salto incerto, pois os seus conteúdos parecem verdadeiros, óbvios e forçosos para a pessoa de fé, tal como as crenças comuns de memória ou de aritmética elementar. Porém, Plantinga admite que, nos casos comuns, a convicção e a firmeza da crença têm graus, pois normalmente a fé se mistura com a dúvida. No entanto, Plantinga entende que “não há salto no escuro, não apenas porque a pessoa com fé está inteiramente convencida, mas também porque, de fato, a crença em questão atende os critérios de racionalidade e aval epistêmico”.<sup>6</sup>

Além de defender que a fé não é um salto no escuro por possuir aval epistêmico, Plantinga entende que a fé cristã se justifica porque ela leva o fiel a um tipo mais adequado de afeto, de sentimento. O elemento prático da fé, em sua concepção, está no componente afetivo da fé que é infundida pela ação de Deus no coração dos seres humanos. Esse elemento afetivo é propriamente entendido como uma paixão de tipo erótico. Ao comentar a análise de Jonathan Edwards acerca dos componentes intelectuais e afetivos da fé, Plantinga conclui que nenhum deles é prioritário, mas que se trata de um processo dialético, pelo qual o aperfeiçoamento de um requer e permite o aperfeiçoamento do outro. Quando o afeto está bem direcionado, amamos o que é amável, desejamos o que é desejável, somos indiferentes ao que não tem importância e detestamos o que é detestável. Sendo assim, é possível dizer que afetos podem também ser

---

<sup>5</sup> Ibid. p. 263.

<sup>6</sup> Ibid. p. 264.

justificados ou não e que a fé os torna melhores no sentido de mais justos, ou seja, de dirigir a cada objeto o afeto apropriado.

Segundo Plantinga, o amor a Deus na Bíblia é geralmente expresso com termos muito próximos aos que se usam para falar de amor erótico ou do amor dos pais pelos filhos. Talvez por isso essa linguagem seja tida por psicanalistas como indicando o quanto a religião é apenas a sublimação de um desejo mais fundamental ou natural, o desejo sexual. Na concepção cristã, Deus é essencialmente amor, e a união com Ele é a finalidade principal dos seres humanos. É por esse motivo que há expressões eróticas nas falas sobre Deus. A explicação psicanalítica só faz sentido no pressuposto de que Deus não existe e que o teísmo cristão é ilusório. No entanto, na visão cristã, é o desejo sexual que é sinal de algo mais profundo, é sinal da vontade de estar com Deus. É o amor por Deus que é mais natural e fundamental em nós, e não o desejo sexual. Para Plantinga, o amor sexual “aponta para o amor humano por Deus, que é um desejo apaixonado pela condição central para a qual Deus nos designou”<sup>7</sup>.

### 3 Comparando Plantinga e Swinburne

A razão de citar tão extensamente as passagens em que Plantinga fala da fé como salto no escuro e afeto erótico adequadamente direcionado está em mostrar com mais clareza os termos da comparação com a abordagem de Swinburne. Assim, pretendo me debruçar sobre dois temas extraídos da análise acima: (1) a relação entre dúvida e fé; (2) a relação entre os elementos teóricos e práticos da fé.

Um elemento preliminar para se entender a abordagem de Swinburne para o problema da racionalidade da fé é considerar que ele distingue entre crença em Deus – que é fundamentalmente uma questão teórica, que pode ser avaliada segundo os padrões usados nas ciências indutivas, por exemplo – e fé. A fé tem certamente um elemento teórico, mas ela é, para Swinburne, fundamentalmente uma questão de adesão voluntária a uma proposta de salvação e pode se dar em um grau máximo de comprometimento mesmo que a base teórica para a crença não seja muito firme, mas cheia de dúvidas<sup>8</sup>.

Assim, a racionalidade da fé, para Swinburne, dependerá de dois fatores básicos. Por uma parte, é preciso ver quão bons são os objetivos que a religião apresenta para o fiel, ou seja, a importância das obrigações que ela determina e o bem da salvação que ela oferece. Por outro lado,

<sup>7</sup> Cfr. Alvin Plantinga, *Warranted Christian Belief*, p. 316.

<sup>8</sup> Cfr. Richard Swinburne, *Faith and Reason*, Oxford: OUP, 22005, p. 110.

cabe avaliar o quão provavelmente verdadeiro é o credo daquela religião e em que medida seguir o caminho que ela propõe levará à salvação que ela apresenta. Quanto ao credo, em primeiro lugar, a probabilidade desse não precisa ser avaliada tomando-se cada termo e comparando-o com a sua negação, o que seria um requisito forte demais. Geralmente, algumas partes de um credo são mais consensuais e centrais dentro da comunidade e menos controversas em termos gerais fora dela. Se for assim, então é de se esperar que cada item de um credo seja assumido em diferentes graus pelos seus fiéis. É, então, mais adequado considerar a racionalidade de se acreditar em um credo religioso avaliando-se a sua probabilidade como um todo, em comparação, não com a sua negação, mas com outros credos rivais. Em outras palavras, cabe avaliar um credo (a parte teórica da racionalidade da fé) em comparação com a razoabilidade das alternativas que há em termos de propostas de salvação.

Essa avaliação global de um credo de um ponto de vista teórico se torna associada ao elemento prático da fé, relativo ao valor da salvação que o credo religioso propõe. Um elemento crucial nessa discussão é se é bom seguir algum caminho religioso e o quão melhor seria atingir objetivos religiosos. Se a realização de algum objetivo religioso é muito mais valiosa que o de qualquer objetivo não religioso, então será racional trilhar um caminho religioso, mesmo que não seja muito provável que o seguimento de um caminho assim atingirá os objetivos. Porém, certamente não será racional se o credo religioso for improvável demais.

Para Swinburne, se a probabilidade da existência de Deus não é baixa demais em vista de uma investigação adequada, será sem dúvida a melhor ação prestar culto e as ações devidas a Deus do que correr o risco de não trilhar o caminho correto e não se preparar para viver um bem-estar profundo como aquele prometido pela salvação cristã. Assim, para o filósofo britânico, dado o enorme valor da salvação prometida pelo credo cristão, devemos tentar buscá-la o mais intensamente possível. Essa é a ação mais racional a realizar, a menos que o credo de outras religiões seja muito mais provável que o do cristianismo ou que nenhum credo religioso tenha qualquer probabilidade significativa.

Assim, o que é necessário para a fé cristã ser racional (além da consideração de seu máximo valor em termos de bem existencial) é simplesmente que o credo cristão seja mais provável que as suas alternativas religiosas, mas não muito mais provável. Em outras palavras, o que se precisa é apenas uma crença teórica fraca, aliada a um forte propósito de realizar os objetivos do caminho de salvação cristão, ao que se pode chamar de fé.

Com base nas ideias acima, proponho a seguinte análise do modo como Plantinga aborda a relação entre razão e fé, comparando-a com os termos propostos por Swinburne.

Ao negar que a fé seja um salto no escuro, Plantinga justifica a sua posição dizendo que as crenças às quais se chega por ela não só são interna e externamente racionais, bem como justificadas, mas que, além disso, elas têm aval epistêmico. Penso que, mesmo que a fé cristã tenha todas essas qualidades epistêmicas, ela continua tendo ao menos um elemento de “salto no escuro”, de opção na base da confiança e da entrega não inteiramente fundamentada em um saber. Em outras palavras, ela não é apenas um salto no escuro, mas o é *também*. Uma primeira razão para discordar de Plantinga é que o modelo tomista/calvinista – que ele estende para o caso da racionalidade da fé – resolve a questão *de jure* mostrando que ela não se distingue da questão *de facto*, mas a questão *de facto* mesma não é resolvida, ou seja, Plantinga admite que ela não tem uma resposta que seja conclusiva e forçosa. Sendo assim, o aval epistêmico da fé cristã é possível dentro do modelo, mas não pode ser tido como demonstrado.

Por outro lado (e essa me parece uma razão ainda mais forte para discordar de Plantinga nessa questão), normalmente, como ele próprio admite, ter fé não significa não ter dúvida, ou seja, fé não significa certeza absoluta, mas agir com confiança, mesmo que o fiel não atribua grau máximo de verdade à crença. É exatamente pelo fato de que o fiel age resolutamente, mesmo que tenha dúvidas se o conteúdo proposicional de sua crença é verdadeiro, que parece mais apropriado caracterizar a fé como sendo, *ao menos parcialmente*, um “salto no escuro”.

Por outro lado, embora faça sentido dizer que o elemento prático da fé esteja em um tipo de inclinação afetiva para amar o que é bom, odiar o que é mal e ser indiferente ao que não tem importância, entendo que cabem duas observações acerca dessa análise. Em primeiro lugar, o que se está dizendo é que a fé nos faz escolher o que é certo, o que – supondo que haja uma escala objetiva de valores, ou seja, em uma concepção objetivista de moral – tornaria as nossas escolhas mais racionais. Sem mencionar a dificuldade da concepção objetivista em filosofia moral, o que se tem aqui não é exatamente que a dimensão prática da fé é racional porque a escolha e o compromisso que ela representa são justificados, mas que ela torna mais racionais as nossas escolhas e atitudes. Em outras palavras, não se está dizendo que a fé é racional em termos práticos, mas que ela é “racionalizante”, no sentido de tornar mais racionais ou justificados os sentimentos nos quais ela influi.

A segunda observação tem a ver com o fato de que Plantinga insiste no elemento afetivo da fé, como uma paixão ardente, que parece muito

diferente do sentido mais tradicionalmente cristão de amor, como dedicação e compromisso. Não é que o sentido de inclinação apaixonada inexistia na relação religiosa cristã, mas é que o conceito de amor é antes o de uma decisão, de um conjunto de ações de iniciativa do fiel, como resposta a uma experiência de chamado. O amor, no sentido de decisão, é muito menos dependente das variações típicas dos sentimentos de paixão, e o próprio Plantinga mencionou essa qualidade de estabilidade como algo importante para a fé, quando defendeu que os argumentos não fossem algo necessário para a sustentação da crença em Deus<sup>9</sup>. Em terceiro lugar, essa compreensão do componente amoroso incluído na fé como decisão e compromisso voluntário tem a vantagem de permitir entender a fé como meritória, e essa é uma característica importante do conceito cristão de fé, conforme indica a famosa passagem bíblica na epígrafe desse texto, algo que não pode ser perdido por uma reconstrução filosófica. Como vimos acima, para Swinburne, a fé é voluntária pelo fato de ser antes uma decisão do fiel e é por isso que é merecedora de elogio. Por outro lado, a ênfase de Plantinga na ideia de fé como um “dom”, algo que o fiel tem a graça de receber independentemente de sua vontade, pode também acomodar esse elemento voluntário por parte do fiel, que teria mérito no caso de acolher e tornar ativo esse dom. No entanto, é notável como essa noção seja pouco desenvolvida no trabalho do filósofo americano, que sublinha mais as dimensões involuntárias da fé.

### **Considerações finais**

Em suma, a proposta de Swinburne parece novamente permitir um complemento importante à abordagem de Plantinga. Tal como na questão da crença em Deus, é de fato importante mostrar que a fé, em seu elemento teórico, não é mero acidente casual, mas avalizada por um processo que reúne condições adequadas para que uma crença seja também conhecimento, caso ela seja verdadeira. No entanto, avaliar se a crença é verdadeira é também fundamental; aqui, mais do que na crença metafísica na existência em Deus, o componente de incerteza é evidente, permitindo que se fale propriamente de “salto no escuro”. Por outro lado, como afirma Swinburne, o que parece ser também ser uma ideia compartilhada por Plantinga, o componente teórico não é o único na fé, pois esta é antes uma proposta relativa ao modo de viver e encarar

---

<sup>9</sup> Cf. Alvin Plantinga, *Reason and Belief in God*, in: Alvin Plantinga and Nicholas Wolterstorff (eds.), *Faith and Rationality: Reason and Belief in God*, Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1983.

a vida. Nesse caso, para Swinburne, a racionalidade está ligada ao valor da proposta, seja em termos de sua coerência e interesse intrínsecos, seja em comparação com outras propostas religiosas (ou com a negação de qualquer proposta desse tipo). Para Plantinga, o elemento não-teórico está nos afetos envolvidos na fé, na paixão amorosa que ela significa. A racionalidade da fé, nesse caso, está nos efeitos emancipadores que ela traz, de sentir o afeto certo pelas coisas certas (supondo que se possa falar nesses termos). Não se pode negar que esse é um elemento importante na reconstrução teórica do conceito de fé cristão, mas tampouco é o único; ademais, ao enfatizar a fé como adesão voluntária do fiel, Swinburne faz jus ao caráter meritório da fé, algo também importante nesse conceito.